

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021

1. Contexto Operacional

A Fusam Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava foi instituída pela Lei Municipal nº 2076 de 17 de Novembro de 1983, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

Tem por missão prestar assistência médico-hospitalar em suas variadas formas à população de Caçapava, aos realmente necessitados e a quantos busquem seus serviços.

É composta pelas unidades de Hospital, Pronto Socorro (Adulto e Infantil) e Ambulatório de Especialidades.

Os recursos são oriundos dos serviços médicos decorrentes dos atendimentos aos pacientes: do Sistema Único de Saúde – SUS, de convênios, de atendimentos a particulares; de transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Caçapava, de doações de pessoas jurídicas e pessoas físicas, e eventualmente a Fusam arrecada fundos por meio da participação em eventos.

A Fusam possui os seguintes certificados:

Utilidade Pública Federal pela Portaria nº 1.176 de 03/10/2002.

Utilidade Pública Municipal – Lei 2.085 de 23/02/1984.

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - processo 71010.001017/2003-64.

As demonstrações contábeis consideram as características de constituição da FUSAM e os atos e fatos que ensejaram os lançamentos da unidade hospitalar, sendo seus registros contábeis de responsabilidade da equipe envolvida e atuante no local. Dessa forma, sempre que necessário, as demonstrações devem ser analisadas em conjunto com outros documentos disponíveis nos diversos setores responsáveis pela execução e lançamento dos eventos contabilizados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades Anônimas e posteriores.

Estas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com o ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais (R\$), e estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

A publicação dessas demonstrações contábeis ocorrerá após a apresentação das mesmas em assembleia dos conselhos: Administrativo e Curador.

O desempenho financeiro está refletido pela contabilização pelo regime de competência. O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

2.2.1. Receitas e Despesas

As receitas e despesas são contabilizadas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através de comprovantes de recebimento, entre eles: Recibos, Avisos Bancários, estando respaldadas por documentos; e ou formalizações destes atos pela administração da fundação. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais, Recibos e demais documentos em conformidade com as exigências do fisco legal.

2.2.2. Receitas de Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência à alta do paciente e emissão do documento fiscal (Nota Fiscal).

2.2.3. Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado quando do lançamento das mesmas às aplicações da entidade.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e pagamento de fornecedores, juros sobre empréstimos, e atualização de passivos (Parcelamentos).

2.2.4. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

As doações são advindas de pessoas físicas e jurídicas.

2.2.5. Gratuidades

No ano de 2021, a fundação não registrou gratuidades.

2.2.6. Recursos recebidos para execução de projetos

Os recursos monetários obtidos com a celebração e a execução de projetos na área de saúde são registrados na conta de bancos em contrapartida de conta patrimonial do passivo. Essa receita é lançada no resultado quando do registro da despesa relacionada ao custeio de despesas relacionadas a estes projetos.

Estes registros são efetuados em conformidade a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e à medida que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

2.2.7. Aplicação de Recursos

Os recursos foram utilizados para custeio e manutenção dos serviços da fundação.

2.2.8. Trabalho Voluntário

O CFC – Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona a necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A Administração da fundação entende que os “serviços voluntários” existentes atualmente são referentes aos membros dos “Conselhos” e os membros não são remunerados, conforme disposição legal e estatutária.

Nesse sentido, o trabalho voluntário dos membros integrantes dos órgãos da Administração da fundação, no exercício de suas funções, está reconhecido em Nota Explicativa pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Ademais a Fundação não recebeu a doação de serviços oferecidos por jurídicas.

2.2.9. Caixa e equivalentes de caixa.

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 120 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança

de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.2.10. Contas a Receber

Estão apresentadas a valores de realização. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída com base na Resolução CMN nº 2.682/99 - que dispõe sobre critérios de classificação e regras para a constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, prevendo a classificação dos créditos em ordem crescente de risco e com percentuais proporcionais a estes riscos - está em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas.

- | | |
|-------------------------------|----------------------|
| a) atraso entre 15 e 30 dias | risco nível B, 1%; |
| b) atraso entre 31 e 60 dias | risco nível C, 3%; |
| c) atraso entre 61 e 90 dias | risco nível D, 10%; |
| d) atraso entre 91 e 120 dias | risco nível E, 30%; |
| e) superior a 180 dias | risco nível H, 100%; |

A entidade não traz os valores de créditos a receber ao seu valor presente por serem de vencimento de curto prazo e compatíveis com o seu ciclo operacional.

2.2.11. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição reduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

Nota. Em 2020 a Fundação contratou a empresa Priori Serviços e Soluções, Contabilidade Eireli MEI, para efetuar o levantamento, conferência e cadastramento de todos os bens móveis da entidade, incluindo a comparação dos bens contabilizados com os efetivamente encontrados.

Os relatórios – objetos desta contratação – foram finalizados em 2021.

Ressalto que a contratação do levantamento patrimonial, tinha como finalidade primordial, a atualização e controle dos bens de propriedade da entidade. O reconhecimento e resultado deste trabalho serão contabilizados após avaliação dos conselhos deliberativos da fundação, e seus efeitos serão ajustados contra a conta de Déficit Acumulado, após autorização da assembleia.

2.2.12. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Depreciação

Aparelhos de Medicina e Cirurgia	1 - 20 anos
Computadores e Periféricos	1 - 9 anos
Edificações	3 - 25 anos
Equipamentos	1 - 18 anos
Equipamentos Eletrônicos	3 - 10 anos
Ferramentas	5 - 6 anos
Instalações	10 anos
Máquinas	2 - 18 anos
Móveis e Utensílios	1 - 10 anos
Veículos	9 - 10 anos

2.2.13. Intangível

Os softwares adquiridos pela fundação têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

2.2.14. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é de 5 (cinco) anos.

2.2.15. Demais Ativos e Passivos Circulantes e não circulantes

São registrados de acordo com o princípio de competência. São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Os valores relativos às obrigações a recolher referente a “Parcelamentos” estão registrados com os acréscimos legais até da data de encerramento do período contábil – 31/12/2021.

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.2.16. Provisões

A provisão é reconhecida, em função de um evento passado. Se a fundação tem uma obrigação legal ou necessidade de constituir uma obrigação futura, e que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, há a necessidade de constituir a Provisão.

Os custos destas provisões são registrados em contas de resultado.

2.2.17. Obrigações Tributárias

A Fundação é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o Artigo 150 da CF/88. Ela goza também de isenção de outros tributos federais, como a COFINS e PIS sobre Faturamento. A tributação sobre rendimentos de aplicação financeira obedece à legislação em vigor e é retida na fonte.

Está isenta do pagamento de impostos municipais.

2.2.18. Estimativas Contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Fundação. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua pela Fundação.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam ter um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 4 – Contas a Receber – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota 19.3 – Provisão de Reserva para Contingências

2.2.19. Patrimônio Social

Representado pelo Patrimônio Social inicial, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, reduzido do déficit acumulado; acrescido e/ou reduzido pelo superávit e/ou déficit apurados anualmente.

O Patrimônio Líquido negativo está demonstrado sob o título “Passivo a Descoberto”, conforme Resolução CFC 1.049/2005.

2.2.20. Superávit e/ou Déficit do Exercício

Será incorporado ao patrimônio social após avaliação dos membros conselheiros.

2.2.21. Das Demonstrações Contábeis

Em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade a entidade elaborou:

Balanço Patrimonial

Demonstração do Superávit ou Déficit

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Fluxo de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

As fundações estão dispensadas da elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (NBC T 3.4) por estar incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

2.2.22. Demonstração do Resultado Abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado.

A demonstração do resultado abrangente está demonstrada em conjunto as Demonstrações do Superávit e Déficit.

2.2.23. Demonstração do Resultado do Exercício

Em observação as melhores práticas e para fins de adequação e melhor apresentação, procedeu-se a reclassificação de valores na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE referente ao exercício de 2020 para fins de comparação ao valor apresentado em 2021.

2.2.24. Demonstração do Fluxo de Caixa

Em observação as melhores práticas e para fins de adequação e melhor apresentação, procedeu-se a reclassificação de valores na Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC referente ao exercício de 2020 para fins de comparação ao valor apresentado em 2021.

3. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa.

Os recursos financeiros, que a Fundação possui e que estão vinculados a execução de projetos e estão apresentados na rubrica de recursos com restrição.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o total de caixa e bancos, era composto da seguinte forma:

Sem Restrições	R\$	
	2021	2020
Valores em Caixa	4.900,00	4.900,00
Valores em Conta Corrente sem Restrições	331.945,05	6.855,02
Valores em Conta Corrente com Restrições	14,57	14,57

336.859,62

11.769,59

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são representadas por investimentos a curto prazo.

Aplicações Financeiras	R\$	
	2021	2020
Recursos sem Restrições	45.810,94	1.112.049,89
Recursos com Restrições	205.118,89	200.242,65
	250.929,83	1.312.292,54

Os recursos financeiros que a Fundação possui, e que estão vinculados a execução de projetos, estão apresentados na rubrica de “recursos com restrição”.

4 – Contas a Receber

As Contas a receber estão assim compostas:

	R\$	
	2021	2020
(+) Créditos Pacientes Particulares	6.399,71	1.950,37
(+) Valores a Receber de Convênios	34.472,88	15.290,44
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos	(8.957,95)	(6.277,35)
	31.914,64	10.963,46

5 – Estoques

O custo dos estoques é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

Os estoques estão avaliados pelo custo médio, e estão assim compostos:

	R\$	
	2021	2020
Materiais de Expediente	55.363,55	41.058,08
Materiais de Conservação e Limpeza	31.663,57	42.353,20
Material de Nutrição e Dietética	22.107,60	108.156,73
Material Hospitalar	673.497,95	809.517,27
	782.632,67	1.001.085,28

6 – Tributos a Compensar

Compostos pelos valores pagos de INSS no período de 06/2007 a 10/2011 (cota patronal) que foram objetos de pedido de ressarcimento e/ou compensação à Receita Federal, em virtude da concessão do registro de entidade filantrópica.

Os valores foram compensados perante as Dívidas Tributárias em Agosto de 2021.

	R\$	
	2021	2020
INSS a Recuperar	-	7.973.387,81

7 – Outros Ativos Circulantes

Compõem este subgrupo as aplicações em gastos que tenham a realização no curso do exercício subsequente à data do Balanço Patrimonial.

	R\$	
	2021	2020
Prêmios de Seguro a Apropriar	1.839,84	2.257,11

Adiantamento a Fornecedores	61.168,15	51.768,75
	63.007,99	54.025,86

8 – Ativos não Circulantes

8.1. Outros Ativos não Circulantes

Em 31/12/2021 registramos Bloqueios às contas bancárias da Fundação em função de processo judicial movido por terceiros no montante de **R\$26.508,80**.

8.2. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o total de imobilizado, sem restrições, era composto da seguinte forma (valores em R\$):

Ativo Imobilizado	Tx. Depreciação	31/12/2021			31/12/2020
		Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Ap.de Medicina e Cirur.	10	1.380.337,58	791.434,29	588.903,29	612.068,51
Computadores e Perif.	20	456.448,82	409.555,96	46.892,86	49.501,67
Direito de Uso	0	3.353,66		3.353,66	3.353,66
Edificações	4	354.863,04	354.863,04	-	-
Equipamentos	10	501.574,13	425.935,76	75.638,37	89.417,01
Equip.Eletrônicos	20	208.239,27	168.294,45	39.944,82	44.814,11
Ferramentas	20	807,10	807,10	-	-
Instalações	10	866.354,88	860.729,34	5.625,54	8.031,93
Máquinas	10	112.755,00	103.892,70	8.862,30	14.865,72
Móveis e Utens.	10	1.692.834,02	1.422.521,54	270.312,48	336.901,76
Terrenos	0	1.688.505,79	-	1.688.505,79	1.688.505,79
Veículos	20	151.760,39	151.760,39	-	-
Imob.Aguard.Tombam.	0	-	-	-	6.456,34
Imob.em Construção	0	-	-	-	-
Total do Imobilizado		7.417.833,68	4.689.794,57	2.728.039,11	2.853.916,50

8.3. Intangível

Ativo Intangível	Taxas anuais de Depreciação	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Oracle Database	20	12.461,59	12.461,59	-	-
Microsoft Windows 2003	20	4.940,24	4.940,24	-	-
Linux	20	1.059,75	1.059,75	-	-
Outros Softwares	20	2.490,00	2.490,00	-	-
		20.951,58	20.951,58	-	-
Total do Imobilizado		7.438.785,26	4.710.746,15	2.728.039,11	2.853.916,50

Movimentação do Imobilizado foi afetada pelas seguintes operações (valores em R\$):

Movimentação do Ativo Imobilizado	2021		2020	
Saldo Inicial	R\$	2.853.916,50	R\$	2.636.940,63
(+) Adições no exercício	R\$	102.578,09	R\$	432.784,01
(-) Baixas no exercício	R\$	-	R\$	-
(-) Depreciação no exercício	R\$	(228.455,48)	R\$	(215.808,14)
Saldo Final	R\$	2.728.039,11	R\$	2.853.916,50

***Intangível sem movimentações.**

Metodologia da Avaliação da Vida Útil Econômica

Determinação da vida útil econômica.

Conforme laudo técnico apresentado pela empresa AfixCode, em conformidade a estudos técnicos e ciclo de vida útil para empresas deste segmento, conclui-se que os bens de conteúdo (Aparelhos de Medicina e Cirurgia, Computadores e Periféricos, Equipamentos, Equipamentos Eletrônicos, Ferramentas, Máquinas, Móveis e Utensílios, Veículos e Edificações) receberam vida útil conforme sua espécie com base no estudo dos sub-grupos e em seguida conforme conta contábil.

Depreciação

Aparelhos de Medicina e Cirurgia	1 - 20 anos
Computadores e Periféricos	1 - 9 anos
Edificações	3 - 25 anos
Equipamentos	1 - 18 anos
Equipamentos Eletrônicos	3 - 10 anos
Ferramentas	5 - 6 anos
Instalações	10 anos
Máquinas	2 - 18 anos
Móveis e Utensílios	1 - 10 anos
Veículos	9 - 10 anos

9. Fornecedores

Os valores devidos aos Fornecedores estão compostos pelos saldos de 2021 e exercícios anteriores, e apresentados segregados pela descrição:

	R\$	
	2021	2020
Fornecedores de Serviços	1.465.885,81	2.281.743,83
Fornecedores de Materiais	1.779.746,72	783.961,60
	<u>3.245.632,53</u>	<u>3.065.705,43</u>

10. Indenizações e Processos

Os valores foram provisionados pelo Mapa de Precatórios e Processos Judiciais, e estão segregados em Curto e Longo Prazo, sendo:

	Valores em R\$	
	2021	2020
Trabalhistas	4.516.060,50	1.463.888,51
Civis	273.783,62	859.525,80
Parcela Processo Sindicato	335.000,00	335.000,00
Total de Parcelamentos no Curto Prazo	<u>5.124.844,12</u>	<u>2.658.414,31</u>

O valor do processo do Sindicato foi parcelado em parcelas anuais, em 06 anos, sendo 15% pagos em 2020 e as demais sucessivamente até 2025.

O valor do processo Civil da Sra Juliana Robim foi parcelado em parcelas anuais, em 06 anos, sendo 15% pagos em 2021 e as demais sucessivamente até 2026.

10.1. Parcelamentos Impostos e Contribuições

Todos os parcelamentos estão segregados em Curto e Longo Prazo.

	N° de Parcelas	Valores em R\$	
		2021	2020
FGTS - Lei 11.345/2006	12	264.000,00	257.881,52
IRRF - Lei 11.941	12	324.000,00	722.386,62
INSS - Transação Excepcional	12	1.680.000,00	324.000,00
Total de Parcelamentos no Curto Prazo		2.268.000,00	1.304.268,14

11. Obrigações com Pessoal

Estão assim dispostos:

	R\$	
	2021	2020
Empréstimos Consignados Folha de Pagto.	130.100,03	129.803,74
Pensões Alimentícias a Pagar	5.362,66	5.268,66
Salários a Pagar	1.130.619,40	1.109.207,52
Clube Mafersa	2.193,00	2.132,24
	1.268.275,09	1.246.412,16

12. Provisão de Férias

R\$	
2021	2020

Provisão de Férias	2.246.260,87	2.201.571,52
Encargos Sociais Prov. Férias	202.163,48	198.141,44
	2.448.424,35	2.399.712,96
	2.448.424,35	2.399.712,96

Os valores de provisão de férias foram estimados – mensalmente - tendo como base o valor bruto da FOPG acrescido de 1/3; e ajustados pela provisão gerada pelo sistema (SIAM) em 12/2021.

Encargos estimados sobre provisão de férias: FGTS e PIS/PASEP.

13. Obrigações Sociais e Previdenciárias

	R\$	
	2021	2020
Contribuições a Sindicatos a Recolher	1.783,47	491,25
FGTS a Pagar	199.035,10	275.319,73
INSS a Pagar	174.464,06	192.412,18
PIS/PASEP a Recolher	16.260,14	16.637,10
	391.542,77	484.860,26
	391.542,77	484.860,26

*Em 31/12/2021 contavam sem pagamentos, as retenções de INSS (FOPG e Autônomos) e retenção Serviços Terceiros competências 12/2021.

14. Obrigações Tributárias Fiscais

Nos valores de Obrigações Acessórias estão os descontos relativos às contribuições: IRRF, I.S.S., COFINS, CSL e PIS/PASEP das empresas prestadoras de serviços, com vencimento para janeiro e fevereiro de 2022.

	R\$	
	2021	2020

IRRF a Recolher	358.742,14	534.695,37
Obrigações Acessórias	14.721,63	41.530,75
	<u>373.463,77</u>	<u>576.226,12</u>

15. Empréstimos e Financiamentos

Sem empréstimos ativos e/ou em vigência.

16. Receitas e Custos com contratos de parceria.

16.1 Receitas e Custos com convênios.

O saldo dos recursos do contrato de parceria junto a FEHOSP oriundos do ano de 2019, no valor de R\$8.709,18 foram revertidos à conta de resultados de exercícios anteriores pelo término do contrato.

A Fundação não obteve nenhum resultado financeiro por essa parceria nem foi remunerada pela execução do projeto.

No ano de 2020 a Fundação recebeu recursos provenientes de convênio – Emenda Parlamentar – que serão utilizados para Implantação de novo Software de gestão.

Estes valores foram registrados em: receitas, custo e contas bancárias, bem como no passivo circulante.

Movimentação do Projeto	2021		2020	
Saldo Inicial	R\$	200.257,22	R\$	8.709,18
(+) Recebimentos	R\$	-	R\$	200.014,57
(-) Reversão para Resultado			R\$	(8.709,18)
(+) Rendimentos de Aplic.Financeira	R\$	4.876,20	R\$	242,65
(-) Custos			R\$	-
Saldo Final	R\$	205.133,42	R\$	200.257,22
cta.corrente Bco. Itaú 08701-1 - com restrições	R\$	14,57	R\$	14,57
cta.aplicação Bco. Itaú 08701-1 - com restrições	R\$	205.118,85	R\$	200.242,65
	R\$	205.133,42	R\$	200.257,22

16.2 Receitas e Custos com contratos de parceria - SICONV.

Em 2016 a Fundação recebeu recursos do SICONV no valor de R\$200.000,00 a serem utilizados na compra de equipamentos. Este valor está em conta de aplicação com

acréscimo dos rendimentos por ocasião do Balanço, sendo o saldo da conta Banco do Brasil nº 34.503-2 (**R\$1,51**) ao qual aguardamos a transferência ao FNS.

Atualmente este valor encontra-se em conta de Bloqueio Judicial.

17. Honorários Médicos Autônomos

	R\$	
	2021	2020
Honorários Médicos	206.402,43	382.086,67
	206.402,43	382.086,67

As obrigações a longo prazo referem-se:

19. Passivo Não Circulante

Registramos o montante de **R\$1.337.150,88** referente ao processo junto ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Saúde de SJC parcelado em 06 anos, a primeira foi paga em 2020, as demais serão sucessivas e anuais. Este montante compreende as parcela vencida em 2021 e posteriores.

Registramos o montante de **R\$545.576,04** referente ao processo civil junto a Sra Juliana Robim parcelado em 06 anos, a primeira foi paga em 2021, as demais serão sucessivas e anuais. Este montante compreende as parcela vencidas em 2022 e posteriores.

Totalizando R\$1.882.726,92

	Valores em R\$	
	2021	2020
Civis - Juliana Robin	545.576,04	0,00
Trabalhista - Sindicato	1.337.150,88	1.337.150,88
Total de Parcelamentos no Longo Prazo	1.882.726,92	1.337.150,88

19.1. Parcelamentos: Impostos e Contribuições a Pagar

	Total de Parcelas	Parcelas Restantes	Vr em Dez/2021 em R\$	Vr em Dez/2020 em R\$
IRRF - Lei 11.941	180	32	4.518.446,00	4.465.551,22

FGTS - Lei 11.345/2006	240	72	1.372.128,54	1.602.594,72
INSS Transação Excepcional	48	36	9.146.714,89	4.278.808,53
			15.037.289,43	10.346.954,47

Sendo demonstrado no Longo Prazo as parcelas a vencer em data superiores ao encerramento do próximo exercício contábil.

19.2. Dívidas com Tributos Federais

Em Junho de 2018 recebemos do Ministério da Saúde ofício informando a exclusão da Fundação do PROSUS. A partir deste momento, os valores devidos retornam às condições para negociação e parcelamento junto à Receita Federal, e não há mais a remissão da dívida.

Após a exclusão do PROSUS as dívidas da fundação retornaram com as atualizações (Juros, Multas e Encargos Legais).

Em 06 de Março de 2012, através do Ato Declaratório Executivo nº 4 a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Taubaté, reconheceu a isenção, com efeitos retroativos a partir de 14/06/2007, das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei 8.212/1991 – INSS Patronal à Fusam. A partir do ano de 2012 o órgão (RFB) teve que proceder com os ajustes e lançamentos dos créditos oriundos dos pagamentos da cota Patronal do INSS efetuados no período de Junho de 2007 a Outubro de 2011, conforme Pedido de Restituição (PERDCOMP) apresentado a RFB. O montante inicialmente estimado foi de R\$7.973.387,81 (registrado em Tributos a Recuperar / Compensar nos anos anteriores).

Em 30/08/2021, através do processo nº 16048-720.435/2017-14 a Receita Federal procedeu com a compensação previdenciária do valor de R\$8.978.441,16. Foram baixados os DEBCADs: 35.450.193-3, 35.450.194-1, 35.508.619-0, 35.509.046-5 e 35.509.047-3 que em nossos controles somavam R\$17.656.877,74.

Por ocasião ao Balanço de 31/12/2021 restavam apenas as contribuições previdenciárias oriundas dos DEBCADs: 35.693.181-1, 17.870.108-4 e 17.870.107-6, sem negociação, e com os status de ajuizamento/distribuição e inscrição de crédito em dívida ativa, cuja soma totalizava **R\$2.006.828,56**.

Ademais há valores devidos de contribuições ao PIS/PASEP de anos anteriores registradas que totalizam **R\$200.342,59**.

Juntos os débitos sem parcelamento **R\$2.207.171,15**.

19.3. Provisão de Reserva para Contingências

A Fundação possui processos fiscais, trabalhistas e cíveis, em andamento, que envolvem responsabilidades de contingentes. Os processos encontram - se em fase de defesa. As provisões para contingências foram estabelecidas pela administração da fundação levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, por valores considerados nas estimativas de perdas prováveis no montante de **R\$226.738,41** (base em 31/12/2021).

Sendo a composição:

	<u>Vr em Dez/2021 em R\$</u>	<u>Vr em Dez/2020 em R\$</u>
Provisão Reserva para Contingências -	226.738,41	571.071,88

Sendo:

Processos Cíveis	R\$	130.460,21	R\$	1.111.805,22
Processos Trabalhistas	R\$	1.377.771,28	R\$	1.782.680,97
		<hr/> <hr/>		
TOTAL Estimado de Processos Judiciais	R\$	1.508.231,49	R\$	2.894.486,19
		<hr/> <hr/>		
Precatórios - Curto Prazo (Item 10)	R\$	(1.281.493,08)	R\$	(2.323.414,31)
		<hr/> <hr/>		
Saldo da Contingência	R\$	226.738,41	R\$	571.071,88

A entidade tem **ações de natureza trabalhistas**, envolvendo riscos e perdas classificados pela administração como possíveis e remotos, no montante de **R\$34.645.178,32** com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída de acordo com a CPC PME.

A entidade tem **ações de natureza Cível e Fiscal**, envolvendo riscos e perdas classificados pela administração como possíveis e remotos, no montante de **R\$5.018.861,04** com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída de acordo com a CPC PME.

20. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Conforme estatuto social, a Fundação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não distribuindo qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação em superávits. Desta forma, o resultado – seja superávit ou déficit é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Na hipótese de dissolução ou extinção da Fundação, o eventual patrimônio remanescente será destinado à entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou a entidade pública, a critério da instituição.

O Superávit do exercício de 2010, no montante de **R\$2.149.970,23**, após apreciação pelo conselho, foi integrado a conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Superávit do exercício de 2011, no montante de **R\$738.911,69**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2012, no montante de **R\$3.212.715,57**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2013, no montante de **R\$1.264.241,96**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2014, no montante de **R\$5.215.113,19**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Superávit do exercício de 2015, no montante de **R\$112.901,27**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2016 no montante de **R\$10.411.883,78**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

O Déficit do exercício de 2017 no montante de **R\$9.425.668,32**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

Déficit do exercício de 2018 no montante de **R\$11.996.444,81**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

Déficit do exercício de 2019 no montante de **R\$2.196.877,20**, após apreciação pelo conselho, foi integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

Déficit do exercício de 2020 no montante de **R\$106.574,03**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava.

Déficit do exercício de 2021 no montante de **R\$3.404.704,47**, após apreciação pelo conselho, será integrado à conta Déficit Acumulado, integrando o Patrimônio Social da Fusam – Fundação de Saúde e Assistência do Município de Caçapava

21. Ajustes de Exercícios Anteriores

Referem-se a ajustes decorrentes de regularizações contábeis decorrentes de conciliações.

Descrição	Reduções proveniente de ajustes de Despesas Ex.Anteriores	Aumento provenientes de ajustes Receitas Ex.Anteriores
Ajustes provisão FGTS comp 12-2020		72.731,83
Ajustes valores com Glosas de Convênios e Particulares	2.250,69	
Ajustes valores de Juros e Multas valores devidos de INSS		9.819.414,27
Ajustes Reversão parcela Reserva p/Contingências		344.333,47
	2.250,69	10.236.479,57
		10.234.228,88

Total ajustado no exercício de 2021 - **R\$10.234.228,88 (credor)**.

22. Receitas

23.1 Transferências

A **Prefeitura Municipal de Caçapava** transferiu a fundação no ano de 2021 – para custeio dos pacientes SUS e manutenção dos serviços - o montante de **R\$45.817.021,79** (Quarenta e Cinco Milhões, Oitocentos e Dezessete Mil, Vinte e Um Reais e Setenta e Nove Centavos).

23.2 Doações Recebidas

No exercício de 2021 a Fundação recebeu doações de itens de consumo, materiais hospitalares no montante de **R\$121.484,00** - em doações de Pessoas Jurídicas e Físicas.

23.3 Outras Receitas

Descrição	R\$	
	2021	2020
Multas Inexecução Contratual	28.593,71	2.081,22
Xerox	456,50	180,75

Eventuais	2.609,25	22.695,99
Total	<u>31.659,46</u>	<u>24.957,96</u>

Custos e Despesa Operacionais

24.1 Custos dos Serviços Prestados

Descrição	R\$	
	2021	2020
Material de Consumo	6.930.078,63	4.770.677,64
Serviços Médicos	11.263.815,17	11.455.905,89
Serviços de Terceiros	1.026.950,45	1.325.444,96
Total	<u>19.220.844,25</u>	<u>17.552.028,49</u>

24.2 Encargos Sociais e Administrativos

Descrição	R\$	
	2021	2020
FGTS	1.721.451,64	1.750.112,74
PIS/PASEP FOPG	215.065,92	210.530,33
Total	<u>1.936.517,56</u>	<u>1.960.643,07</u>

24.3 Despesas Administrativas

Descrição	R\$	
	2021	2020
Água	178.686,66	148.270,51
Energia Elétrica	491.535,65	410.843,63
Telefone	26.986,77	27.171,92
Outros Serviços e Utilidades	15.741,58	12.983,25
Tributos e Contribuições	1.135,61	484,16
Ações Cíveis Indenizatórias	101.418,94	863.009,10
Despesas Legais e Jurídicas	27.757,23	698.053,19
Despesas Administrativas - outras	25.488,19	39,70
Total	<u>868.750,63</u>	<u>2.160.855,46</u>

24.4 Despesas Financeiras

Descrição	R\$	
	2021	2020
Descontos Concedidos	1.879,17	0,81

Despesas Bancárias	3.361,43	14.578,19
Juros e Multas	52.544,07	1,62
Perdas Financeiras	0,04	-
Atualização Passivos	393.159,78	861.173,17
Total	450.944,49	875.753,79

23. Imunidade do Imposto de Renda e Isenção das Contribuições Previdenciárias e Sociais

A Fusam é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do IR - Imposto de Renda e isenta da CSLL - Contribuição Social sobre o Superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes:

PIS/PASEP – contribuição de 1% incidente sobre o montante da Folha de Pagamento.

I.S.S.Q.N – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – isenta dos recolhimentos sobre as receitas próprias de sua atividade social.

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – isenta sobre as receitas próprias de suas atividades sociais.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias:

1. Somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF n° 247 de 21/11/2002, artigo 47, § 2º.)
2. Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF n° 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

Caso estas obrigações fossem devidas estariam assim dispostas:

Descrição	Alíq	2021	2020	2019
Imposto de Renda PJ	1,20%	Resultado Negativo	Resultado Negativo	Resultado Negativo
CSSL	1,00%	Resultado Negativo	Resultado Negativo	Resultado Negativo
ISS sobre Receitas	3,00%	R\$ 2.310,77	R\$ 3.166,31	R\$ 3.452,83
COFINS	3,00%	R\$ 2.310,77	R\$ 3.166,31	R\$ 3.452,83
PIS sobre Receitas	0,65%	R\$ 500,67	R\$ 686,03	R\$ 748,11
INSS - Cota Patronal*		R\$ 5.362.785,86	R\$ 4.702.573,05	R\$ 4.702.573,05
Descto.Fatura Sabesp	50,00%	R\$ 178.686,66	R\$ 148.270,51	R\$ 143.232,97
		R\$ 5.546.594,72	R\$ 4.857.862,21	R\$ 4.853.459,79

*Valores estimados.

Em observação ao artigo 32º. da **Portaria n° 1.970 de 16/08/2011**, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60%, em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

Total da Prestação de Serviços em 2021

Atendimentos	Quantidade	%
SUS	314.513	99,82%
Convênios	561	0,18%
Total	315.074	100%

24. Outras Informações

a) Legislação Fiscal

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

b) Cobertura de Seguros

Em 2021, não houve a contratação de seguro predial.

c) Bens em Consignação

Os bens consignação são transferidos para uso pela entidade, não há contrato especificando responsabilidades, bem como não é possível determinar as responsabilidades da fundação quanto ao uso manutenção e período de usufruto destes itens.

Em 2021 constavam na fundação itens de terceiros em consignação:

	Fornecedor	Valor do Fornecedor
Equipamentos	Abbot Laboratório do Brasil Ltda	R\$ 23.636,62
	Air Liquide do Brasil S.A	R\$ 83.777,13
	Biofast Medicina	R\$ 5.070,00
	CentroVale Soluções	R\$ 184,20
	Cirurgica São José Ltda	R\$ 184,20
	Gasball Armazenamento e Distr.	R\$ 3.000,00

Intervale Informática	R\$	770,00
Office Vale	R\$	34.873,28
Oxymed Assist. Técnica	R\$	13.382,00
Prefeitura Municipal de Caçapava	R\$	754.658,01
Samtronic Industria e Comércio Ltda	R\$	19.600,00
Y.R. Iglesias	R\$	350,00
	R\$	939.485,44

d) Trabalho Voluntário

Durante o exercício de 2012 o CFC – Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 que menciona a necessidade de contabilização dos “serviços voluntários” utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

A Administração da fundação entende que os “serviços voluntários” existentes atualmente são referentes aos membros dos “Conselhos” e os membros não são remunerados, conforme disposição legal e estatutária.

Nesse sentido, o trabalho voluntário dos membros integrantes dos órgãos da Administração da fundação, no exercício de suas funções, está reconhecido em Nota Explicativa pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Ademais a Fundação não recebeu a doação de serviços oferecidos por jurídicas.

Os cálculos foram efetuados considerando salário base do Presidente, considerando as reuniões ocorridas durante o ano, considerando os membros presentes, e considerada uma média de 02hrs por reunião; portanto:

Base Salarial - Salário Presidência em 12/2020				R\$ 10.351,96 220 hrs
Meses	Reuniões	Membros	Dedicação em Hrs	Remuneração
Janeiro	05/01/2021	13	2	R\$ 1.223,41
Fevereiro	09/02/2021	15	2	R\$ 1.411,63
Abril	27/04/2021	5	2	R\$ 470,54
Julho	08/07/2021	3	2	R\$ 282,33
Novembro	04/11/2021	8	2	R\$ 752,87
				R\$ 4.140,78

***Valor estimado.**

25. Eventos Subsequentes ao encerramento do exercício

Ativo Fixo

Em 2015 a Fundação contratou a empresa STAFF Auditoria & Assessoria – EPP, empresa especializada em consultoria patrimonial, para efetuar o levantamento, conferência e cadastramento de todos os bens móveis da entidade, incluindo a comparação dos bens contabilizados com os efetivamente encontrados.

Os relatórios – objetos desta contratação – não foram encaminhados à contabilidade para os devidos exames e contabilização.

A apuração da depreciação dos itens existentes e adquiridos para os anos posteriores a 2011 foi efetuada e baseada em critérios definidos pela consultoria realizada no ano de 2011 (empresa AfixCode).

Em 2020 a Fundação contratou a empresa Priori para realizar o levantamento patrimonial, este levantamento teve como finalidade primordial, a atualização e controle dos bens de propriedade da entidade e a realização de ajustes contábeis, bem como identificação dos inservíveis para elaboração de leilão para desfazimento. O relatório foi entregue a direção da Fundação em 2021 e seu reconhecimento e resultados serão contabilizados após avaliação pelos auditores independentes e pelos membros dos conselhos deliberativos da fundação, e seus efeitos serão ajustados contra a conta de Déficit Acumulado, após a autorização das assembleias dos conselhos.

Análise Econômica – Financeira

Demonstramos, nesta análise, a evolução da saúde econômica e financeira da fundação no período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2021.

Em dezembro de 2021 a fundação, encerrou o exercício com déficit financeiro (excluídas os valores em contas correntes com depósito de recursos vinculados).

A Receita Total de 2020 foi inferior à receita de 2021 em, aproximadamente, 1,64%.

As Despesas foram 5,38% superiores as do ano de 2020; reflexos do custo de aquisição de produtos, ações trabalhistas e gastos com pessoal.

Em contrapartida, no ano de 2021 a Receita Federal realizou a compensação de crédito tributário em parte das dívidas existentes, resultando em expressiva diminuição nas dívidas Previdenciárias e consequente na composição dos débitos sem parcelamento.

Por ocasião ao encerramento do exercício a existência de parcelamento ativo de contribuições previdenciárias e a realização de compensação de débitos tributários resultaram em significativa e importante redução de passivos da Fundação.

Os índices financeiros não são os ideais.

Liquidez Imediata 0,04 ou R\$0,04

Liquidez Geral 0,12 ou R\$0,12

Liquidez Seca 0,04 ou R\$0,04

Liquidez Corrente 0,09 ou R\$0,09

A composição do endividamento indica que a concentração de dívidas é maior no longo prazo.

A fundação apresentou um Déficit da ordem de **R\$3.404.704,47**.

Após a incorporação deste resultado e ajustes dos débitos tributários, o Passivo a Descoberto passou para (R\$30.665.753,24).

Em 31 de Janeiro de 2020 a OMS – Organização Mundial de Saúde anunciou uma emergência global – o Novo Coronavírus (COVID-19). No ano de 2021 o COVID-19 continuou a impor muitos desafios, econômicos, políticos e sociais ao mundo como um todo; tais como: abastecimento, adequação, gestão de pessoas, e crise.

O conflito no leste europeu entre Rússia e Ucrânia também está gerando impactos em nossa economia. Há inflação no mundo todo, em especial, nos países mais pobres. A guerra gerou o encarecimento do preço dos alimentos e do petróleo, uma das consequências mais sentidas foi à elevação do valor da energia.

As dificuldades geradas pela Pandemia e pela guerra, com conseqüente retração de mercados, impuseram muitos desafios também aos governos, dificultando a geração de recursos e crescimento econômico. Estes impactos são sentidos pela Fundação, e medidas protecionistas são exercidas, em especial cortes em seu orçamento.

As crises também resultam em desempregos, que afeta – diretamente - a fundação e a execução de seus serviços, com a perda da assistência da saúde privada os beneficiários passam a ser assistidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, aumentando os gastos com a manutenção e assistência ao sistema público de saúde.

Em virtude deste cenário a gestão da fundação continuará a ter muitas dificuldades. Deverá manter e propor novas ações de controles para conter o crescimento dos gastos e continuar a buscar mais eficiência na gestão destes recursos. Paralelamente, continua-se a busca por novas fontes de receitas.

Fernando Luiz Pirino Zanetti

Presidente

Glauco Henrique Marini

Gerente Financeiro



Simoni A. A. Sbruzzi

Contadora CRC 1SP165184/O-7